Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa– CMDPI

"Criado pela Lei Municipal nº 3.758/2019, alterado pela Leis nº 3.976/2023"

PROPOSTAS DELIBERADAS DA 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Indicar por Eixo Temático discutido:

Eixo 1. Financiamento das Políticas Públicas para ampliação e garantia dos Direitos Sociais.				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
1.Garantir recursos o mínimo de 3% do orçamento para o Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa.	Garantia do recurso	Proposta no orçamento municipal	Médio prazo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa Câmara dos Vereadores
2.Implantar e implementar e financiar o Centro Dia para Pessoas Idosos.	Efetivar o Centro Dia para Pessoas Idosas	Expansão do termo de aceite federal	Médio prazo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa Conselho Municipal de Assistência Social Câmara dos Vereadores
3.Ampliar as equipes de atendimento domiciliar aumentar o número de equipe de saúde e assistência social que atuam em domicilio, com foco em pessoa idosa.	Garantia de recurso federal	Garantia de recurso federal	Imediato	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Secretaria Municipal de Saúde Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa Conselho Municipal de Assistência Social Câmara dos Vereadores

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa– CMDPI

"Criado pela Lei Municipal nº 3.758/2019, alterado pela Leis nº 3.976/2023"

Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
1.Garantir recursos o mínimo de 3% do orçamento para o Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa	Garantia do recurso	Proposta no orçamento municipal	Médio prazo	SEDESE Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa
2.Implantar e implementar e financiar o Centro Dia para Pessoas Idosos.	Efetivar o Centro Dia para Pessoas Idosas	Expansão do termo de aceite federal	Médio prazo	SEDESE CEAS Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa
3.Ampliar as equipes de atendimento domiciliar aumentar o número de equipe de saúde e assistência social que atuam em domicilio, com foco em pessoa idosa.	Garantia de recurso federal	Garantia de recurso federal	Imediato	SEDESE CEAS Secretaria Estadual de Saúde Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa

Propriedades para a União				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
1.Garantir recursos o mínimo de 3% do orçamento para o Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa	Garantia do recurso	Proposta no orçamento municipal.	Médio prazo.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome Conselho Nacional de Assistência Social Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
2.Implantar e implementar e financiar o Centro Dia para Pessoas Idosos.	Garantia do recurso	Proposta no orçamento municipal.	Médio prazo.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome Conselho Nacional de Assistência Social Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
3.Ampliar as equipes de atendimento domiciliar aumentar o número de equipe de saúde e assistência social que atuam em domicilio, com foco em pessoa idosa.	Efetivar o Centro Dia para Pessoas Idosas	Expansão do termo de aceite federal	Médio prazo.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde Conselho Nacional de Assistência Social

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa.				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
1.Implementar nas instituições de longa permanência o acompanhamento sistematizado, evitando o rompimento de vínculos familiares e abandono, bem como promover a reintegração familiar, através da rede intersetorial.	Criação de uma rede de cuidados envolvendo os mais diversos setores à pessoa idosa institucionalizada.	Elaboração de fluxos e organogramas para pontuar a responsabilidade de cada setor	Curto prazo.	Município Secretária de Assistência Social Secretária de Saúde e ILPI do município de Caratinga.
2.Levando se em consideração a Lei 14878 de 04 de junho de 2024, a qual institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e outras demências, criar o ambulatório para doenças demências e atenção ao cuidador, podendo este ser realizado em parceria com as instituições de ensino superior do município de Caratinga.	Implantação ambulatório de doenças demenciais.	Parceria entre SMS e universidades do município Criação de fluxo de encaminhamento e acompanhamento dos pacientes portadores de doenças demências Acompanhamento também de familiares e cuidadores.	Curto prazo.	SMS e Universidades

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa.				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
3.Expansão do Projeto Roda de Conversa - Café com mais Vivencia para todas as unidades básicas de saúde do município, o qual é reconhecida pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, como pratica exitosa de promoção ao envelhecimento ativo e saudável.	Expansão do projeto para demais unidades de saúde do município.	Desenvolvimento pela demais equipes ESF do município de Caratinga, do projeto que estimula o envelhecimento ativo e saudável. Treinamento das equipes ESF quanto envelhecimento ativo e saudável.	Curto prazo.	SMS
4.Implantação da unidade de saúde da pessoa idosa - centro de referência especializado. Uma vez que a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa visa garantir o acesso aos cuidados em saúde de forma integral, de acordo com as complexidades e características multifatoriais do processo de envelhecimento, com profissionais especializados na área de geriatra e gerontologia, dos mais diversos setores, focando principalmente na promoção do envelhecimento ativo e saudável.	Implantação, implementação e financiamento do centro de referência em saúde do idoso	Realizar levantamento do número de idosos do município Contratação dos profissionais dos mais diversos setores com conhecimento na área de geriatria e gerontologia. Construção de área adequada para realização do atendimento de acordo com as necessidades e complexidades do processo de envelhecimento.	Médio prazo.	SMS, SES e MS

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
5.Garantir recursos financeiros e humanos para o Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável, que promove a inclusão digital e social do idoso, de acordo com o Decreto nº 10.133, de 26 de novembro de 2019.	Financiamento do programa e garantia de recursos humanos para o programa.	Solicitação de recursos para o programa, podendo ser via emenda parlamentar.	Curto prazo.	Estado e União
5.Realizar e financiar capacitações, educação continuada junto às equipes Estratégia Saúde da Família sobre o processo de envelhecimento e suas devidas particularidades.	Capacitar as equipes ESF quanto ao processo de envelhecimento.	Criação de linhas de cuidados Educação continuada quanto ao processo de envelhecimento e suas particularidades, capacitação continua.	Ação continuada.	Município e Estado

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
1.Promoção da Saúde e do Envelhecimento Ativo: Implementar e financiar programas de promoção da saúde que incentivem a atividade física, a alimentação saudável e a redução do consumo de álcool e tabaco, de acordo com o guia de promoção da saúde para pessoa idosa.	Melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa por meio da promoção da saúde e do envelhecimento ativo.	Implementar e financiar programas contínuos voltados à prática de atividade física, alimentação saudável, prevenção de doenças crônicas e redução do consumo de álcool e tabaco, com base no Guia de Promoção da Saúde para a Pessoa Idosa.	Médio prazo.	Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, Unidades Regionais de Saúde e Parcerias com universidades e instituições públicas.
2.Implantar, implementar e financiar os Centros De Referência em Saúde do Idoso, de acordo com a Portaria Ministerial GM/MS Nº702/2002.	Criação do centro de referência em saúde da pessoa idosa.	Destinação de recursos para criação do centro de referência.	Médio prazo.	Estado e União

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
3.Garantir recursos financeiros e humanos para o Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável, que promove a inclusão digital e social do idoso, de acordo com o Decreto nº 10.133, de 26 de novembro de 2019.	Financiamento do programa e garantia de recursos humanos para o programa.	Solicitação de recursos para o programa, podendo ser via emenda parlamentar.	Curto prazo.	Estado e União
4.Criar e financiar campanhas sistemáticas de informação e conscientização sobre as formas de violência a pessoa idosa, enfrentamento, bem como as penalidades que podem ser sofridas pelos violadores.	Reduzir a violência contra a pessoa idosa por meio da conscientização da sociedade e divulgação das penalidades previstas em lei.	Elaborar, executar e financiar campanhas educativas contínuas em mídias diversas (TV, rádio, redes sociais, cartilhas, palestras), com foco na identificação das formas de violência contra a pessoa idosa, formas de denúncia e sanções legais aos agressores.	Médio prazo.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Comunicação Social, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, Ministério Público Estadual e Polícia Civil.
5.Realizar e financiar capacitações, educação continuada junto às equipes Estratégia Saúde da Família sobre o processo de envelhecimento e suas devidas particularidades.	Qualificar o atendimento à pessoa idosa na Atenção Primária à Saúde, promovendo um cuidado integral, humanizado e centrado nas especificidades do envelhecimento.	Desenvolver um plano estadual de capacitação sobre envelhecimento; elaborar conteúdos técnico-pedagógicos atualizados e acessíveis; Realizar formações presenciais e/ou remotas para as equipes da ESF; Garantir recursos financeiros para viabilizar a capacitação contínua; Monitorar e avaliar o impacto das capacitações na qualidade da atenção prestada à pessoa idosa.	Ação continuada.	Conselhos Estaduais de Saúde e do Idoso, Cosems e municípios, Escolas de Saúde Pública e Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa– CMDPI

"Criado pela Lei Municipal nº 3.758/2019, alterado pela Leis nº 3.976/2023"

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa.				
Propriedades para a União				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
1.Fomentar, por meio de editais federais, projetos de universidades e instituições de ensino voltados à capacitação de lideranças idosas, com foco em conselhos, associações e movimentos sociais, inclusão digital e cursos que promovam a autonomia e independência da pessoa idosa.	projetos de universidades e instituições de ensino voltados à capacitação de lideranças idosas, com foco em conselhos, associações e movimentos sociais, inclusão digital e cursos que promovam a autonomia e independência da pessoa idosa.	Implantação em conjunto com os diversos setores (saúde, comunicação, social entre outros) Educação e alfabetização de pessoas idosas. Cursos de aperfeiçoamento entre outros.	Médio prazo.	Município, Estado E União
2.Desenvolver e manter uma plataforma digital pública com conteúdo educativos, acessíveis e gratuitos voltados à população idosa, abordando temas como direitos, serviços públicos, saúde, finanças, violência e participação política.	Implantar disciplina em todos níveis escolares voltados para educação quanto ao processo de envelhecimento em todas as áreas de conhecimento.	Mudança na grade escolar.	Médio prazo.	Município, Estado e União

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa.				
Propriedades para a União				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
3.Repasse financeiro aos municípios que realizarem projetos voltados para o envelhecimento ativo e saudável, como forma de incentivar sua implantação e incentivo a projetos como cidade amiga da pessoa idosa.	Incentivar os municípios a implantarem e ampliarem ações de promoção do envelhecimento ativo e saudável, fortalecendo iniciativas como o programa "Cidade Amiga da Pessoa Idosa".	Estabelecer critérios e mecanismos para o repasse de recursos federais aos municípios que apresentarem e executarem projetos voltados à promoção do envelhecimento ativo, com foco em atividade física, inclusão social, mobilidade, saúde e bem-estar, alinhados a programas reconhecidos nacional e internacionalmente.	Médio prazo.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI).

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa.				
Propriedades para a União				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
4.Financiamento de programas à nível de atenção primária direcionados para ações voltadas para o envelhecimento ativo e saudável.	Fortalecer, em nível nacional, a promoção da saúde e a prevenção de agravos entre a população idosa, estimulando um envelhecimento ativo, saudável e participativo, integrado à Estratégia Saúde da Família.	Definir diretrizes nacionais para programas de envelhecimento ativo na APS; Estabelecer linhas de financiamento federal específicas no orçamento do Ministério da Saúde (Fundo Nacional de Saúde); Apoiar tecnicamente estados e municípios na implantação de programas locais com base em evidências; Desenvolver campanhas de abrangência nacional sobre envelhecimento saudável; Incentivar pesquisas e inovação em boas práticas na atenção ao idoso; Monitorar os resultados por meio de sistemas como SISAB e e-SUS AB	Médio prazo.	Ministério da Saúde (SAPS e DAPES), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), CONASS e CONASEMS e Universidades e instituições de pesquisa

Eixo 2. Fortalecimento de Políticas para a Proteção à Vida, à Saúde e para o Acesso ao Cuidado Integral da Pessoa Idosa.				
Propriedades para a União				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
5.Incluir nos currículos da educação básica e superior conteúdos sobre o envelhecimento, combate ao etarismo e valorização da pessoa idosa, promovendo uma cultura de respeito e inclusão intergeracional.	Construir uma cultura nacional de respeito aos direitos das pessoas idosas, combater o etarismo desde a infância e juventude, e formar profissionais preparados para atuar com a temática do envelhecimento.	Incluir diretrizes sobre o envelhecimento, combate ao etarismo e intergeracionalidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Inserir conteúdos sobre gerontologia e direitos da pessoa idosa nos cursos de graduação, especialmente nas áreas de saúde, humanas, educação e serviço social; Desenvolver materiais didáticos e campanhas educativas voltadas à valorização da pessoa idosa para uso em escolas e universidades; Realizar parcerias com MEC, instituições de ensino superior e conselhos profissionais para atualização curricular e capacitação docente; Monitorar a implementação dos conteúdos por meio de avaliações educacionais nacionais e processos de regulação.	Ação continuada.	Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI).

Eixo 3. Proteção e Enfrentamento a todas as Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa.				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
1.Humanizar o atendimento da Pessoa Idosa vítima de violência nas Unidades Básicas de Saúde – UBS (espaço físico, atendimento e acolhimento).	Atendimento de qualidade e garantia dos direitos.	Qualificação da equipe técnica e capacitação da equipe técnica.	Ação continuada.	Secretaria Municipal de Saúde
2.Incluir no RH dos profissionais na Unidade de Pronto Atendimento – UPA um Médico Geriatra para atendimento as pessoas idosas.	Garantia dos direitos da pessoa idosa em consonância com as legislações vigentes.	Contratação.	Curto prazo.	Secretaria Municipal de Saúde Poder Executivo
3.Humanização do atendimento a pessoa idosa em todos setores públicos por meio de capacitação continuada.	Atendimento de qualidade e garantia dos direitos.	Qualificação da equipe técnica.	Ação continuada.	Poder Executivo

Eixo 3. Proteção e Enfrentamento a todas as Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa.				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
4.Aumentar a liberação de exames para as pessoas idosas.	Agilizar o acesso da pessoa idosa ao tratamento adequado.	Liberar os exames em tempo hábil.	Curto prazo.	Secretaria Municipal de Saúde Poder Executivo
5.Criar resolução municipal para estabelecimento de fluxos através de denuncias advindas do disque 100 e demais órgãos.	Organizar os encaminhamentos e agilizar o atendimento a pessoa idosa que se encontra em situação de violação de direitos.	Reunir com a rede para estabelecimento deste fluxo e posteriormente regulamentar por meio da resolução do CMDPI	Médio prazo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Diretoria da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, Delegacia Civil/DEAM, Ministério Público (1ªPromotoria de Justiça), Defensoria Pública, Vara especifica de atendimento a pessoa idosa.

Eixo 3. Proteção e Enfrentamento a todas as Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa.

Prioridades para o Estado

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.Criar Delegacias Especializadas no Atendimento à Pessoa Idosa em todas as regiões do estado, com equipe capacitada e salas humanizadas.	Efetivação de direitos e proteção da pessoa idosa, como atendimento especializado e digno.	Instituir leis, e dialogar com a delegacia civil.	Médio prazo	Poder Executivo Estadual Delegacia Civil.
2.Implementar serviço especializado por meio de casas de passagem ou acolhimento provisório para pessoas idosas em situação de risco, abandono ou violência e situação de rua com cofinanciamento estadual aos municípios.	Garantia de direitos no acolhimento a pessoa idosa	Financiar a implantação do serviço nos municípios.	Longo prazo.	Poder Executivo Estadual Poder Executivo Municipal
3.Fortalecer programa estadual de formação continuada sobre direitos humanos e combate à violência contra pessoas idosas, sendo obrigatório a conclusão do curso para o exercício profissional nas políticas públicas.	Profissionais capacitados para o atendimento à pessoa idosa.	Financiar capacitações.	Ação continuada.	Poder Executivo Estadual Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa
4.Estabelecer protocolo estadual unificado de notificação e fluxo de atendimento à violência contra a pessoa idosa, integrando saúde, assistência social, segurança e justiça.	Atendimento humanizado e garantia de direitos.	Criar protocolo de serviço intersetorial.	Médio prazo.	Secretaria Estadual de Saúde Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa

Eixo 3. Proteção e Enfrentamento a todas as Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa.				
Propriedades para a União				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
1.Regulamentar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, com diretrizes, financiamento, indicadores e monitoramento.	Efetivação de direitos.	Criar/Instituir a lei.	Médio prazo.	Poder Executivo Nacional Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
2.Instituir um Sistema Nacional Integrado de Notificação e Acompanhamento de Casos de Violência contra a Pessoa Idosa, conectado ao e-SUS, CadSUAS e demais sistemas.	Agilidade nos processos de violência contra pessoa idosa e contribuir com o serviço intersetorial.	Instituir o sistema operacional.	Médio prazo.	Poder Executivo Nacional.
3.Fomentar pesquisa, diagnóstico e estatísticas nacionais atualizadas sobre violência pessoas idosas, com apoio a universidades e institutos de pesquisa.	Produzir e atualizar dados nacionais sobre a violência contra a pessoa idosa, subsidiando políticas públicas mais eficazes e baseadas em evidências.	Fomentar pesquisas, levantamentos e diagnósticos nacionais sobre as diversas formas de violência contra pessoas idosas, por meio de editais públicos, parcerias e financiamento de universidades, institutos de pesquisa e centros de estudos especializados.	Médio prazo.	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania / Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI) e Universidades e Instituições de Pesquisa.

Eixo 3. Proteção e Enfrentamento a todas as Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa Idosa.				
Propriedades para a União				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
4.Cria um canal especifico para denúncias de violência contra a pessoa idosa, com equipe especializada.	Ampliar e qualificar o acesso da população a mecanismos de denúncia de violência contra a pessoa idosa, com atendimento especializado e respostas mais rápidas e eficazes.	Criar um canal nacional exclusivo (telefone, aplicativo e plataforma online) para denúncias de violência contra a pessoa idosa, com equipe capacitada para acolhimento, encaminhamento e monitoramento dos casos à rede de proteção.	Médio prazo.	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania / Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e parceria com Defensorias e Ministérios Públicos Estaduais
5.Implantar ações interministeriais de forma a incluir nos currículos escolares temas sobre o enfrentamento da violência contra pessoa idosa.	Intervir de forma preventiva, proativa e educativa, frente a violência contra as pessoas idosas.	Inserir nos currículos escolares o tema sobre o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.	Médio prazo.	Ministério da Educação Ministério do Desenvolvimento Social Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI) e Municípios.

Eixo 4. Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices.

Prioridades para o Município

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.Criação de Centro de Convivência para Idosos	Fortalecer Vínculos e familiares e prevenir situação de isolamento e vulnerabilidade	Financiamento e estruturação do serviço com contratações da equipe técnica.	Médio Prazo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com financiamento Municipal e Federal.
2.Criação do Centro dia para pessoa idosa e PCD	Fortalecer Vínculos e familiares e prevenir situação de isolamento e vulnerabilidade	Financiamento e estruturação do serviço com contratações da equipe técnica.	Médio Prazo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com financiamento Municipal e Federal.
3.Fomentar grupos e associações de idosos autônomos e participativos oferecendo recursos municipais (Como espaço, apoio logístico e material) para que possam realizar suas próprias atividades e eventos de forma independente.	Participação mais ativa da comunidade idosa e seu protagonismo social.	Articulação com o Conselho Municipal de idoso CMDPI.	Médio Prazo	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Conselho Municipal da Pessoa Idosa Conselho Municipal de Assistência Social

Eixo 4. Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices.

Prioridades para o Município

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
4.Promover eventos culturais e de lazer intergeracionais onde jovens e idosos possam compartilhar experiencias e conhecimentos, promovendo a convivência e colaboração entre diferentes faixas etárias.	Oferta de Cultura e Lazer para o público idoso e intergeracional.	Promover articulações com secretarias municipais, associações e instituições culturais	Médio Prazo	Secretaria de educação por meio do departamento de cultura e esporte Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Prioridades para o Estado

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.Desenvolver e financiar projetos estaduais de incentivo a participação política da pessoa idosa com apoio a formação de lideranças idosas e capacitação de grupos organizados para atuar em conselhos fóruns e espaços de decisão pública.	Execução dos projetos com objetivo de fortalecer o protagonismo e a participação social.	Desenvolvimento e financiamento de projetos	Médio Prazo	Poder Executivo Estadual.

Eixo 4. Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices.				
Prioridades para o Estado				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
2.Elaboração, implementação e divulgação de materiais didáticos pedagógicos voltados à pessoa idosa, incluindo capacitação de profissionais de educação nesse nível.	Ampliação de informações	Materiais para divulgação	Médio prazo	Poder Executivo Estadual.
3.Garantir acessibilidade para participação plena de idosos em espaços públicos e de decisão, como fóruns conferencias e audiências públicas com recursos para transporte, como acessibilidade em eventos e nas próprias câmeras legislativas.	Maior efetividade da participação dos idosos em debates públicos	Adaptação dos espaços públicos e financiamento de translado	Médio Prazo	Poder Executivo Estadual.

Eixo 4. Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices.

Propriedades para a União

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.Criar uma Política Nacional de Protagonismo da Pessoa Idosa, com diretrizes para o fortalecimento da participação social, política e comunitária, garantindo que a pessoa idosa seja reconhecida como protagonista de sua própria vida, com autonomia e direitos garantidos.	Orientar ações intersetoriais nos âmbitos federal, estadual e municipal	Assegurar os direitos sociais da pessoa idosa promovendo o envelhecimento com dignidade autonomia, integração social	Médio Prazo	Poder Executivo Federal.
2.Estabelecer programas federais de fomento a iniciativas intergeracionais, com apoio financeiro e técnico para projetos que integrem diferentes faixas etárias em ações conjuntas que promovam o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários.	Promove a convivência, cooperação e troca de experiencia entre as diferentes gerações	Diagnostico das demandas, criação de edital público e linhas de financiamento, capacitação técnica dos profissionais, articulação intersetorial, acompanhamento monitoramento e avaliação, como também promoção de campanhas educativas.	Médio Prazo	Poder Executivo Federal.

Eixo 4. Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices.				
Propriedades para a União				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
3.Criar um Fundo Nacional para o Fortalecimento da Participação Social da Pessoa Idosa, com repasse de recursos para estados e municípios que desenvolvam projetos e ações voltadas para a inclusão social e o protagonismo da pessoa idosa.	Financiamento de ações voltadas para o público da pessoa idosa.	Lançamento de editais.	Médio Prazo	Poder Executivo Federal.
4.Garantir a criação de um canal digital nacional de participação, onde as pessoas idosas possam debater políticas públicas, sugerir melhorias e compartilhar suas experiências, com acesso garantido a todos os idosos, inclusive os que vivem em áreas rurais ou em situação de vulnerabilidade.	Acesso à informação digital e promover a inclusão digital.	Articulação junto ao setor de comunicação a nível federal.	Médio Prazo	Poder Executivo Federal.

Eixo 4. Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices.				
Propriedades para a União				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
5.Promover campanhas nacionais de valorização do envelhecimento e das múltiplas velhices, destacando a diversidade de experiências e perspectivas da pessoa idosa e incentivando sua participação ativa em todas as esferas da vida social, política e econômica do país.	Promover uma mudança cultural e social sobre como a sociedade ver e trata a pessoa idosa.	Utilizar os meios de comunicação nacional oficial e não oficiais e capacitação e profissionais intersetoriais.	Médio Prazo	Poder Executivo Federal.

Eixo 5. Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro.

Prioridades para o Município

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.Estabelecer indicadores e realizar avaliações periódicas de políticas municipais para idosos.	Garantir a eficácia das políticas públicas voltadas para idosos, por meio da criação de indicadores e avaliações periódicas.	Definir indicadores claros para avaliar o impacto das políticas municipais para idosos (acesso a serviços de saúde, assistência social, lazer, etc.). Estabelecer um calendário para avaliações periódicas dessas políticas. Coletar dados e informações sobre a realidade dos idosos no município. Ajustar as políticas com base nos resultados das avaliações, para melhorar a qualidade de vida dos idosos.	Médio prazo.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou Saúde, Prefeitura Municipal e Conselho Municipal do Idoso.

Eixo 5. Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro.				
Prioridades para o Município				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
2.Promover divulgação e acesso à informação no âmbito local. Estabelecer mecanismos de participação e consulta pública municipais.	Garantir que a população tenha fácil acesso às informações municipais e que possa participar ativamente das decisões públicas.	Criar canais de comunicação eficazes (site, redes sociais, etc.) para divulgar informações municipais. Estabelecer mecanismos de consulta pública, como audiências e enquetes, para envolver a comunidade nas decisões. Promover transparência nas ações da prefeitura e nos processos de elaboração de políticas públicas. Incentivar a participação ativa dos cidadãos na elaboração e monitoramento de projetos municipais.	Média prazo.	Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Comunidade.

Eixo 5. Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro.

Prioridades para o Município

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
3.Criar grupos de trabalho intersetorial no município para elaborar projetos.	Formar grupos compostos por diferentes secretarias e áreas para criar e implementar projetos municipais de forma integrada e eficiente.	Identificar as áreas e secretarias chave para os grupos de trabalho. Formar os grupos com representantes de cada setor relevante (saúde, educação, assistência social, etc.). Definir objetivos e metas claras para os projetos a serem elaborados. Realizar reuniões periódicas para desenvolvimento e monitoramento dos projetos. Integrar esforços para buscar soluções mais abrangentes e eficazes para o município.	Média prazo.	Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais, e Grupos de Trabalho

Eixo 5. Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro.

Prioridades para o Município

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
4.Implementar programas locais de capacitação para conselheiros.	Capacitar conselheiros municipais para melhorar suas funções e decisões nas áreas de políticas públicas.	Levantar as necessidades de capacitação dos conselheiros. Criar um programa de capacitação com cursos e oficinas. Fazer parcerias com instituições para oferecer o treinamento. Realizar encontros presenciais e virtuais para aprendizado. Acompanhar e avaliar a aplicação do que foi aprendido.	Média prazo.	Secretaria Municipal, Conselhos Municipais, Instituições de Ensino e Prefeitura

Eixo 5. Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro.

Prioridades para o Estado

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.Estabelecer articulação entre órgãos e conselhos estaduais.	Garantir uma maior integração e cooperação entre os órgãos municipais e estaduais, promovendo ações mais eficazes para a população.	Identificar os principais órgãos e conselhos estaduais que devem ser articulados com o município. Estabelecer canais de comunicação e encontros regulares entre os representantes municipais e estaduais. Criar um planejamento conjunto para ações e projetos que envolvam políticas públicas em áreas comuns (saúde, educação, segurança, etc.). Promover a troca de informações e boas práticas entre os entes municipais e estaduais.	Média prazo.	Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Órgãos e Conselhos Estaduais.

Eixo 5. Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro.

Prioridades para o Estado

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
2.Cumprir o estatuto da pessoa idosa especificamente a efetividade dos conselhos.	Garantir que o Estatuto da Pessoa Idosa seja cumprido de forma eficaz, com a atuação efetiva dos conselheiros municipais.	Capacitar os conselheiros municipais sobre as diretrizes e direitos do Estatuto da Pessoa Idosa. Monitorar e garantir a implementação das políticas públicas previstas no Estatuto. Realizar encontros periódicos para avaliar a situação dos idosos no município e discutir melhorias. Garantir a participação ativa dos conselheiros na fiscalização e promoção de ações para os idosos.	Média prazo.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Conselho Municipal do Idoso e Prefeitura Municipal.

Eixo 5. Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro.

Prioridades para o Estado

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
3.Criar indicadores estaduais e realizar avaliações periódicas das políticas estaduais para idosos.	Garantir a eficácia das políticas estaduais para idosos, por meio da criação de indicadores e avaliações periódicas.	Definir indicadores específicos para avaliar as políticas públicas voltadas para os idosos no estado (acesso a serviços de saúde, habitação, transporte, etc.). Estabelecer um calendário de avaliações periódicas das políticas públicas para idosos. Coletar dados sobre a realidade dos idosos no estado e avaliar o impacto das políticas. Ajustar as políticas com base nas avaliações, promovendo melhorias no atendimento e qualidade de vida dos idosos.	Média prazo.	Governo Estadual, Secretarias Estaduais de Assistência Social e Saúde e Conselho Estadual do Idoso.

Eixo 5. Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro.

Propriedades para a União

Nome da Proposta	Aponte onde se quer chegar	O que deve ser feito	Qual o prazo para a sua execução	Responsabilidades e competências para a sua execução
1.Apoiar a capacitação de conselheiros em âmbito nacional, via programas federais.	Fortalecer a atuação dos conselheiros em todo o país, garantindo que recebam capacitação de qualidade por meio de programas federais.	Identificar programas federais existentes que oferecem capacitação para conselheiros (ex: cursos, workshops, seminários). Divulgar amplamente as oportunidades de capacitação para conselheiros municipais. Apoiar a inscrição e participação dos conselheiros em programas de capacitação federais. Monitorar o impacto da capacitação, garantindo que os conselheiros apliquem os conhecimentos adquiridos em suas funções.	Média prazo.	Governo Federal e Conselhos Municipais

Eixo 5. Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa como Política do Estado Brasileiro.				
Nome da Proposta	**Aponte onde se quer chegar**	**O que deve ser feito**	**Qual o prazo para a sua execução**	**Responsabilidades e competências para a sua execução**
2.Criar diretrizes nacionais de indicadores e metodologias para avaliação das políticas públicas voltadas à pessoa idosa.	Estabelecer diretrizes nacionais e indicadores claros para avaliar as políticas públicas voltadas à pessoa idosa, garantindo maior efetividade e transparência.	Desenvolver diretrizes nacionais para a criação de indicadores que avaliem as políticas públicas para idosos (saúde, assistência social, educação, lazer, etc.). Criar uma metodologia uniforme para a avaliação dessas políticas em todo o país. Promover a capacitação de gestores públicos e conselhos para a aplicação desses indicadores e metodologia. Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo e avaliação.	Média prazo.	Governo Federal, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (ou órgão responsável), Secretarias de Assistência Social e Saúde, e Conselho Nacional do Idoso

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANA PAULA DE SA GONCALVES
Data: 27/05/2025 19:33:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br